



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: o trabalho profissional de
Assistentes Sociais**

**Serviço social e política habitacional: experiências de
assistentes sociais no Trabalho Técnico Social em
Sertãozinho/SP.**

Marina Urizzi ¹

Resumo: O presente trabalho discute alguns resultados de uma pesquisa de mestrado concluída sobre o tema da habitação social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a execução do Trabalho Técnico Social (TTS). O texto apresenta o cenário da cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo, como espaço para análise do acompanhamento realizado com as famílias “beneficiárias” do PMCMV. O objetivo principal é compreender qual o lugar do assistente social em campo, isso é, quais foram seus reais alcances e limitações. Para isso, selecionou-se dois conjuntos habitacionais do PMCMV e duas assistentes sociais que participaram da execução do TTS junto aos moradores. O artigo direciona para conceber os avanços e limites da prática do assistente social e visa contribuir para o debate de aprimoramento da política pública de habitação social.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Habitação Social; Trabalho Técnico Social.

Abstract: This work discusses some results of a master's degree research completed on the topic of social housing under the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) and the execution of Technical Social Work (TTS). The text presents the scenario of the city of Sertãozinho, in the interior of São Paulo, as a space for analyzing the monitoring carried out with families “beneficiaries” of the PMCMV. The main objective is to understand the role of the social worker in the field, that is, what their real scope and limitations were. For this, two PMCMV housing complexes and two social workers were selected who participated in the implementation of the TTS with the residents. The article aims to understand the advances and limits of social worker practice and aims to contribute to the debate on improving public social housing policy.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program; Social Housing; Social Technical Work.

¹ Cientista Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP. Mestra pelo Programa em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, SP. Professora de Sociologia no Ensino Médio. Email: marinaurizzi@usp.br



1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi construído a partir de dados de trabalho de campo obtidos na pesquisa de mestrado intitulada “Segregações e sociabilidades urbanas: viver e morar a partir dos Residenciais Aragão Um e Dois e Geraldo Honório Garcia do Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho, SP”² realizada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no Campus São Carlos. A pesquisa tinha como objetivo central compreender como vivem e moram as famílias usuárias do PMCMV-1³ após dez anos do início da aquisição do financiamento, considerando as diferentes sociabilidades que foram desenvolvidas com a casa e o novo bairro.

Para conseguir captar os variados processos que envolvem essa complexa relação habitante-identidade-lugar (CARLOS, 2008), foi considerado como central o processo de execução do Trabalho Técnico Social (TTS) realizado nas fases de pré-ocupação e pós-ocupação dessas famílias. Ao decorrer da pesquisa, ficou evidente a importância da Secretaria de Assistência Social do município de Sertãozinho em elaborar o projeto que seria realizado, contratar empresas responsáveis para sua execução e fornecer profissionais para acompanhar e facilitar ações em campo.

O que o presente texto traz é um recorte desse ponto específico, ou seja, a partir das entrevistas com as duas assistentes sociais atuantes nesses condomínios residenciais, foi possível compreender dicotomias nas percepções e produção de sentido de seu trabalho frente a realidade social que encontraram. Além dessa introdução, o artigo foi estruturado em quatro partes que formam uma compreensão do cenário da pesquisa e dos resultados qualitativos obtidos, acrescidas das considerações finais e referências bibliográficas.

2. O ENCONTRO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL COM O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DESEMPENHADO PELO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é o curso que forma profissionais reconhecidos por suas práticas de intervenção empírica, atuando com diversificados instrumentais teóricos e práticos nas chamadas questões sociais. O planejamento, gerenciamento e execução é marca registrada considera sobretudo porque “a intervenção dos assistentes sociais se orienta para os processos emancipatórios, por meio de ações de cunho socioeducativo e organizativo e de

² Dissertação disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-10012024-175102/pt-br.php> Acesso em: 07/03/2024.

³ Referente a modalidade Faixa Um do Programa “Minha Casa, Minha Vida” que entre os anos de 2009 e 2020 proporcionou condições de financiamento para as famílias de baixa renda, um feito inédito na história de políticas de habitação social.



prestação de serviços” (PAZ e TABOADA, 2010, p. 51).

Dentro da política de habitação social, o profissional do Serviço Social cumpre historicamente um papel de destaque, sobretudo com o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social que deve ser entendido concomitante à atuação desses profissionais. Tradicionalmente, é o profissional que mais atuou com moradores de favelas e bairros populares nas décadas de 1930 e 1940 (AZEVEDO e ANDRADE; 2011).

No entanto, a profissão de assistente social é anterior a isso e existe há mais de 70 anos no Brasil. As primeiras escolas de formação datadas entre 1936 e 1937 em São Paulo e Rio de Janeiro, marcadas pela influência católica conservadora e, posteriormente, entre as décadas de 1940 e 1950, sob influência norte-americana, fundamentada na base positivistas e funcionalista sistêmica. O curso de Serviço Social que emerge daí deu origem a métodos compostos por “Serviço Social de Caso”; “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade” (PAZ e TABOADA; 2010, p. 50).

Durante a década de 1940, nas palavras de Gomes (2001), entendia-se a necessidade de um trabalho educativo com essas populações eram consideradas inadaptadas, incapazes, dependentes, o que exigia uma intervenção social. As ações ocorriam de forma pontual e localizadas, descoladas de um contexto de política social mais amplo que permitissem os direitos de cidadania aos moradores. Algumas práticas comuns envolviam visitas as casas nos primeiros anos da mudança dos moradores e que: “A imagem que se fazia era de um caos inevitável, de favelização dos núcleos”. (AZEVEDO e ANDRADE; 2011, p. 13)

Entre as décadas de 1960 e 1970, acadêmicos e profissionais da área, realizam uma revisão crítica de tal conservadorismo. De acordo com Paz e Taboada (2010) eles estavam ancorados em correntes teóricas críticas das Ciências Sociais, envolvidos em relação direta com populações, movimentos operários sindicais e mudanças da Igreja Católica como o movimento de teologia da libertação. Entre os resultados do debate, há a revisão do Código de Ética em 1986 que rompia com valores de pseudoneutralidade e conservadorismo, como destacam:

No âmbito da formação profissional, busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982 e, no campo da atuação política, inúmeros profissionais engajam-se nas lutas por democracia e melhores condições de vida” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 50).

Para Blanck (2005), antes da constituição de 1988, ainda na década de 1970, é possível identificar processos de redemocratização envolvendo a participação dos assistentes sociais em 1986 no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e em outros fóruns importantes. Esse evento foi marcado pela democratização do debate



profissional, e impulsionado por suas entidades representativas, resultando na revisão curricular dos valores tradicionalistas teóricos-metodológicos e práticos. Os anos 1980 contribuíram para construir um projeto profissional em uma outra direção social, abrindo novas alternativas para a prática, inclusive na área de habitação.

Já nos anos 1990, outro novo Código de Ética foi regulamentado, expressando um amadurecimento teórico-político em aparente consonância aos valores de redemocratização que o país vivenciava. Em linhas gerais, o Código de 1993 define melhor não apenas a prática em si do assistente social, como nas relações com usuários e outros agentes, estabelecendo princípios importantes da profissão, como:

[...] o reconhecimento da liberdade, da autonomia e emancipação; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da democracia e da cidadania; a defesa da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços públicos e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; a garantia do pluralismo; o apoio a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais e com a luta geral dos trabalhadores; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; o exercício do Serviço Social sem discriminação (classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual⁴, idade e condição física).

No entanto, esse período foi marcado também pelo fim do programa habitacional do BNH que atuava como a única política de âmbito nacional de HIS, ocasionando um período de verdadeiro vazio na provisão de moradia (BONDUKI, 2008) e que se prolongou até os anos 2000. Foi somente em 2009, com o lançamento o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que o Estado retomou a produção de habitação social e lançou a modalidade Faixa Um para contemplar a população de baixa renda.

Dentro do PMCMV-1, o TTS foi regulamento pela primeira vez somente em 2011 e a Caixa Econômica Federal assumiu a função de agente responsável por orientar e fiscalizar os municípios sobre seu desenvolvimento. A CAIXA foi também a responsável pela elaboração do principal instrumento normativo COTS- Caderno de Orientação do Trabalho Social. Com base no COTS (2013), o TTS deveria ocupar em duas fases: pré-ocupação e pós-ocupação e estava definido como:

[...] o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais

⁴ A reedição de 2011 dessa nova adequou alguns temas como “opção sexual” para “orientação sexual” (p. 14) Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 05/03/2024.



atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento (COTS, 2013, p. 4)

O COTS (2013) foi o principal instrumento utilizado para embasar o projeto social aplicado em Sertãozinho. A primeira etapa denominada de “pré-obras”, garantia o direito ao beneficiário de, em grupo, acompanhar o andamento do projeto. No seu pilar encontra-se o incentivo a mobilização e organização comunitária, visando estimular a criação de organismos representativos da população, além de explanações gerais a respeito da unidade habitacional, de direitos e deveres, sobretudo para aqueles que são residenciais verticalizados (COTS, 2013, p. 5).

A segunda etapa de pós-ocupação previa seu início a partir do momento em que os usuários realizavam a mudança. Nessa fase, que poderia durar até doze meses, a depender da complexidade do empreendimento habitacional, encaminhavam-se orientações para a vida dentro da unidade e fora dela, isso é, com o bairro ou, como em muitos caso, com o condomínio residencial.

Além do processo de trabalho de organização comunitária, as ações que a equipe precisaria realizar em campo deveriam ser voltadas para os eixos de educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda, focando a participação da comunidade para as mudanças previstas e desejáveis do PMCMV-1 (COTS, 2013, p. 5). Desse modo, apesar do atraso para sistematização do TTS, percebe-se que a estrutura prevista para realização do TTS estava bem alinhada a perspectiva de que as famílias possuíam direitos em todo o processo de aquisição do financiamento. Veremos nas próximas sessões do texto como essa teoria se deu na prática.

3. AS PERIFERIAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SERTÃOZINHO E O CUMPRIMENTO DO TTS

A cidade de Sertãozinho está localizada no nordeste do estado de São Paulo e compõe com mais 34 municípios a região metropolitana de Ribeirão Preto. Distante 335 km da capital, destaca-se economicamente pelo setor de desenvolvimento tecnológico industrial, da agricultura canavieira presente em toda região, além das usinas que produzem e exportam açúcar e álcool. De acordo com o último censo (2022) a cidade possui pouco mais de 126 mil habitantes e apresenta índices que a caracterizam como uma cidade com boa qualidade de vida.⁵

Por isso, nas últimas décadas, é possível afirmar que Sertãozinho passa a comportar

⁵ Ainda de acordo como IBGE, em Sertãozinho, mais de 99% dos domicílios estão com esgotamento sanitário adequado e o todos os casos de ocupação rural e urbanas foram solucionados com políticas de habitação social, principalmente o PMCMV.



uma especialização territorial produtiva, já que suas atividades econômicas se voltam para o setor agroindustrial canavieiro de forma cada vez mais homogênea. Segundo dados de Coury (2016), um fator que evidencia esse quadro de especialização é o fato de 90% (30.000 hectares, aproximadamente) da área agricultável de Sertãozinho ser voltada ao plantio de cana-de-açúcar.

O histórico do município em relação a provisão de habitação urbana teve um grande crescimento nas décadas de 80 e 90 devido ao êxodo rural dos antigos moradores de colônias de usinas, além de migrantes que vinham em busca de empregos nos períodos de safra. Com isso, as COHABS foram as principais responsáveis por desenhar o espaço urbano de Sertãozinho, sendo atualmente um total de dez nos entornos da cidade.

Já nos anos 2010 a produção de HIS ficou por conta do Governo Federal com o PMCMV-1 que atendeu a uma demanda importante da cidade por novas moradias e solucionou as demandas do movimento social e casos pontuais de favelizações. Para se ter uma ideia, entre 2009 e 2021 foram entregues oito empreendimentos só na modalidade Faixa Um, totalizando 2347 habitações financiadas. Desses oito, encontramos sete no modelo de condomínios de apartamentos, o que implica em dinâmicas ainda mais complexas e delicadas para os moradores que passaram a conviver uns com os outros de forma mais intensa. A tabela abaixo indica e caracteriza todos esse empreendimentos:

Tabela 1 — Caracterização dos empreendimentos do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP

EMPREENHIMENTO	U.H/TIPO	ENTREGA	TTS REALIZADO	PERÍODO EXECUÇÃO DO TTS	EMPRESA
Residencial “Aragão Um”	440/apto	novembro de 2012	Pós-ocupação	fevereiro-maio de 2018.	Travain
Residencial “Aragão Dois”	352/apto	maio de 2012	Pós-ocupação	fevereiro- julho de 2017.	Arco Verde
Residencial “Acácias”	120/apto	maio de 2012	Pós-ocupação	abril de 2015- maio de 2017	Travain
Residencial “Eldorado”	160/apto	julho de 2011	Pós-ocupação	fevereiro- maio de 2015.	Travain
Residencial “Geraldo Honório Garcia”	340/apto	julho de 2015	Pré-ocupação/Pós-ocupação	fevereiro-julho de 2018	Travain
Residencial “UMM”	240/apto	fevereiro de 2015	Pré-ocupação/Pós-ocupação	outubro de 2014- outubro de 2016	Arco Verde
Conj. Hab. “Anélio Celine”	288/casa	julho de 2016	Pós-ocupação	julho de 2017- dezembro de 2017.	Arco Verde
Conj. Hab. “Carlos Salla”	407/casa	março de 2021	Pós-ocupação	maio de 2022 ⁷⁰	Gradux Brasil
TOTAL	2347				

Fonte: Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho (2021). Elaborado pela autora.

Há um convívio obrigatório em áreas comuns do condomínio que desenham sociabilidades marcadas por laços de solidariedade mas sobretudo, por conflitos em diferentes níveis de agravamento. As relações nos corredores dos blocos, ruas e áreas de



lazer formam espaços que nem sempre conseguem oportunizar uma relação de real pertencimento visto que o “outro” pode ter hábitos que me desagradam, e vice-versa. Dito isso, o TTS em condomínios de apartamento é ainda mais necessário e deve ser estruturado considerando essas premissas.

Como obrigatoriedade para o PMCMV-1, o TTS deveria ter sido realizado nesses novos conjuntos de forma pré-ocupação e pós-ocupação. Na prática, esse trabalho foi terceirizado pela prefeitura de Sertãozinho com a justificativa de que a equipe técnica da Secretaria de Assistência Social não era suficiente para realizar os trabalhos, necessitando, portanto, de mão de obra externa especializada e com experiência na implantação de projetos relacionados a isso.

Ao longo dos processos de licitação que ocorreram entre 2010 a 2020, duas empresas conseguiram participar com maior frequência e foram as responsáveis pelo TTS em sete dos oito empreendimentos habitacionais. Importante destacar que essa não foi uma escolha isolada de Sertãozinho. Na realidade essa escolha passou a ser muito comum em diversos municípios, que alegavam a mesma situação em relação a falta de equipe e de preparo para algo tão novo. Por isso, as principais Portarias do Ministério das Cidades⁶ e o COTS (2013) trouxeram a terceirização como possibilidade aos municípios.

Sendo essa a realidade vivida pelo TTS na política habitacional no PMCMV-1, pode-se entender que os valores, ideais e equipe técnica seriam chaves importantes de um trabalho social bem realizado pois: “a consistência depende da discussão coletiva e do compartilhamento de conceitos-chaves, como moradia digna, qualidade de vida, trabalho, participação, movimentos sociais etc. Mas isso só se faz com equipe fixa e permanente” (PAZ *et al.*, 2015, p. 283).

No entanto, diversos entraves impediram essas qualidades ao TTS em Sertãozinho. Em entrevistas com gestores responsáveis pela Secretaria de Assistência Social, ficou evidente o reconhecimento da dificuldade em implantar essa novidade de maneira consistente e significativa. O resultado final do TTS é lido pela Secretaria como um fracasso por diversos motivos, destacando-se: atrasos na organização do projeto social e conseqüentemente do início do trabalho em campo com os moradores; ausência de conexão com as famílias; desconhecimento da população sobre a real importância do trabalho realizado; presença que lideranças negativas como síndicos e crime organizado de venda de drogas dentro dos condomínios.

Importante salientar que grande parte desses problemas estão relacionados a (re)produção da lógica de mercado sobre a questão social da moradia no Brasil, visto que o Programa “Minha Casa, Minha Vida” só repetiu incômodos conhecidos: os conjuntos do

⁶ Por exemplo, as Portaria do MCI nº 547/2011; nº 168/2013 e nº 21/ 2014.



PMCMV-1 apresentam graves problemas de inserção urbana, na qualidade de vida dos seus “beneficiários” , bem como dos projetos desses empreendimentos, já que:

A busca por terrenos mais baratos, visando viabilizar a produção e garantir as margens de lucro previstas, levaram as empresas a elaborar projetos em áreas periféricas, muitas vezes completamente fora do perímetro urbano, em condições de infraestrutura e acessibilidade aos transportes e serviços precária. A longo prazo, esse fato leva a que os governos locais sejam premidos a investir em infraestrutura para viabilizar esses empreendimentos. Caso isso não ocorra, poderemos experimentar situações de progressiva decadência física e social dos novos conjuntos. (CARDOSO; *et.al*, 2017, p. 43)

O abandono dos moradores nesses megaconjuntos e as consequências citadas acima são vivenciadas de acordo com as realidades locais. Em Sertãozinho, por exemplo, todos os empreendimentos habitacionais do PMCMV-1 foram construídos na região norte, na extremidade que faz fronteira com a área agrícola. A experiência dos empreendimentos do Rio de Janeiro mostrada por Grazia e Melo (2017) é de que o comando tomado pelo tráfico e milícias determina as sociabilidades destes bairros, afetando o exercício de cidadania dos moradores e a atuação dos síndicos que acabam sendo submetidos a essa violência de forma até mais direta. Em cidades menores, médias e metrópoles de diferentes partes do país também foram apontados em variadas pesquisas o problema na relação segregação socioespacial e presença de crime organizado, e diferentes vulnerabilidades enfrentadas pelos moradores.⁷

Diante disso, o questionamento principal que motivou essa investigação foi: como as assistentes sociais que estiveram em campo lidaram com os entraves? Como elas percebem o trabalho realizado? Por fim, as sessões a seguir apresentam os dados coletados em campo com as assistentes sociais da Prefeitura de Sertãozinho que experienciaram a prática do TTS nos condomínios Faixa Um e apresentam percepções distintas sobre suas práticas.

4. DA PRÁTICA À FRUSTRAÇÃO: O ALCANCE REAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO

A primeira assistente social entrevistada foi funcionária concursada da Prefeitura de Sertãozinho por um período de dez anos. Em 2015 foi alocada para a equipe que fazia o acompanhamento social com as famílias dos empreendimentos Faixa Um. Inicialmente, propus à entrevistada que nos encontrássemos pessoalmente em um local de sua preferência, porém seus horários de trabalho impediriam que isso fosse possível. Então,

⁷ Por exemplo: Sobre a cidade São Carlos/SP (BREDA, 2018); sobre a cidade de Viçosa/MG (SOUZA, 2015); sobre a cidade de Curitiba/PR (SANTOS, 2017).



acordamos fazê-la por meio de redes sociais.

A Assistente Social 1 apresenta-se como mulher negra e militante pelos direitos humanos. Esteve como responsável técnica por quase todos os condomínios Faixa Um naquele ano de trabalho, totalizando, portanto, seis residenciais. Inicialmente, solicitei que me relatasse sobre sua atuação nos empreendimentos Faixa 1 de forma geral:

O período em que eu trabalhei foi bem difícil, e eu sinceramente demorei pra responder porque eu não queria nem lembrar. Eu trabalhei com a Travain de outubro de 2015 e fiquei até dezembro de 2017. Em 2015 iniciei no Condomínio “UMM” (União do Movimento de Moradia), mas antes de mim tinha uma outra assistente social. Ela trabalha na UPA hoje. No Aragão fiquei muito pouco tempo porque quando a empresa ganha a licitação ela tem um período pra executar, se eu não me engano, não foi executado no período que tinha que ter sido executado. Quando nós fomos lá já tinha passado o prazo do serviço. Então fiquei três meses no Aragão Um, mas eu fiquei um bom tempo no Eldorado, fiquei no UMM bastante tempo, fiquei no Geraldo Honório Garcia- a Sandra chegou bem depois eu que iniciei sozinha lá depois ela foi contratada- e no Aragão eu fiquei- a Valdirene estava na época, no UMM também (ASSISTENTE SOCIAL 1.)

Como relatado, diferente de outras profissionais envolvidas, a assistente social entrevistada atuou em praticamente todos os empreendimentos sociais do PMCMV-1 da cidade, conhecendo realidades e situações variadas. Diante de tantas informações possíveis a serem obtidas dessa entrevista, selecionei inicialmente as atividades que foram realizadas no Condomínio Residencial “Geraldo Honório Garcia”, um condomínio que foi conquista da luta pelo movimento de moradia:

Foi um período muito difícil porque quando você trabalha em um condomínio com tantas demandas sociais e você vê uma população tão excluída, fica muito difícil porque o município não absorve esses problemas. Lembro de uma situação que a gente presenciou uma criança em desespero porque a polícia fez uma batida e levou a mãe presa, e a criança chorava muito. A gente foi atrás da família e tentou dar suporte, mas a gente ficava muito impotente, sabe? (ASSISTENTE SOCIAL 1.)

O relato da profissional demonstra uma preocupação particular lúcida e crítica sobre como o TTS não alcançava os problemas reais enfrentados pelos moradores. É preciso pontuar ainda que o Residencial “Geraldo Honório Garcia” já havia apresentado resultados aparentemente satisfatórios provenientes das ações do TTS, como uma Feira Comunitária que mobilizou o artesanato e o comércio local. Esse residencial era reconhecido pela Secretaria Municipal como “um dos melhores”. Diante da colocação da assistente social, questionei sobre qual dos condomínios ela acreditava ter tido um melhor desenvolvimento do TTS:

No Residencial “UMM” a coisa fluía bem porque havia um grupo de moradoras que davam suporte para equipe técnica. Lá uma ação nova que a gente incluiu foi a contação de histórias que acabou sendo uma parceria muito boa porque levou a temática racial, foi muito importante para as crianças negras. A maioria das pessoas vinham nos procurar porque queria emprego e a gente encaminhava pro PAT (Posto



de Atendimento ao Trabalhador). Foi o melhor condomínio na minha opinião (ASSISTENTE SOCIAL 1.)

De fato, o caso do Residencial “UMM” é singular na experiência de Sertãozinho pois foi o único condomínio que recebeu o trabalho pré-ocupação de maneira consolidada. Todos os outros empreendimentos sociais só contaram com o trabalho de pós-ocupação o que certamente dificultava a relação dos profissionais com os moradores. Por outro lado, os Residenciais “Aragão Um e Aragão Dois” que juntos somam 792 apartamentos marcaram ainda mais a trajetória dessa profissional :

No Aragão Um ficamos três meses porque não havia local pra gente trabalhar. O salão de festa totalmente depredado e quando nós chegamos lá estava pra vencer o contrato da empresa. Eu não sei por que razão o município e a empresa comeram bronha, e a gente entrou atrasado. Eu ficava lá a noite, então eu pegava o grosso. As outras tinham medo dos moradores, mas eu nunca tive problema com isso, acho que por conta da experiência que eu já tinha. Alguns já me conheciam do meu trabalho na prefeitura e eu já tinha atendido em outro momento. No plantão social que eu fazia, ficava num lugar aberto e eu via uma vulnerabilidade social muito grande. Sempre que eu ia eles me perguntavam o que eu ia fazer lá e eu explicava que dentro do PMCMV existia um recurso do governo federal onde seria feito um trabalho de pré-ocupação e o pós-ocupação. Mas o grande problema é que não foi feito com essa população. Parece que só no UMM foi feito. Eles ficavam bem desconfiados, com relação a mim não, mas as outras meninas sim. A gente tentou se virar, mesmo sem um local apropriado. Mas era tudo precário. Os síndicos ficavam muito reservados no Aragão, sem apoio. Por conta dessa falta de estrutura o trabalho não acontecia direito (ASSISTENTE SOCIAL 1.)

Aqui há novamente o reconhecimento do atraso para o início do pós-ocupação como empecilho para seu bom desenvolvimento, visto que a população sentia-se ameaçada pela presença da equipe em campo. Da mesma forma, o trabalho de pré-ocupação no Residencial “UMM” foi citado como um dos responsáveis pelo sucesso no trabalho de pós-ocupação.

Percebendo a frustração da sua atuação pessoal e coletiva junto aos moradores, indaguei-a sobre o que teria ocasionado o desenvolvimento desfavorável do TTS:

O técnico social é importantíssimo. Eu coloquei muito a questão da estrutura material, do salão de festa detonado, mas a gente sabe que isso não é a principal coisa, né? O principal é atender aquilo que demanda a realidade. Nesse sentido, ali o que a gente vivenciava era a falta da pré-ocupação, as pessoas não sabiam muito o que a gente estava fazendo ali e isso dificultou muito. Outra coisa também era que não havia o serviço de rede. Se a rede funcionar, o TTS funciona. Se você identifica e encaminha o problema dá pratalhar junto. Hoje eu não trabalho mais na parte social da prefeitura. Eu busco ir pela sociedade civil e desenvolver minha atuação como militante, porque eu sonho com uma sociedade que não será mais refém dessas políticas públicas que não funcionam (ASSISTENTE SOCIAL 1.)

O termo “rede” a qual a assistente social faz referência é a própria comunicação com o poder público local, para que pudesse dar maior suporte as situações que a equipe em campo do TTS não era capaz de solucionar. A frustração com o trabalho desenvolvido é evidente na fala da profissional que, como afirmou, vem buscando desenvolver sua atuação



em outros espaços como a militância política onde, em sua percepção, seu alcance é mais efetivo.

5. ASSISTENTE SOCIAL COMO “AGENTE TRANSFORMADOR”

Como colocado anteriormente, o Residencial “Geraldo Honório Garcia” destaca-se como o condomínio de resultados aparentemente mais positivos quanto as sociabilidades de seus moradores. Nesse caso, encontramos outra profissional da Prefeitura que ali esteve por mais tempo e relatou uma experiência exitosa e de satisfação com o trabalho realizado.

A Assistente Social 2 é funcionária concursada da Prefeitura há mais de cinco anos, é uma mulher branca e defensora da importância do TTS em habitações sociais. A entrevista que se segue ocorreu no prédio da Secretaria de Assistência Social do município em dezembro de 2019. Inicialmente, questionei a profissional para que descrevesse de forma geral como foi sua participação em campo:

Eu ficava de manhã e tarde e a Maria a noite. Tinham os projetos de *break*, de grafite. Nós trouxemos o Instituto Terroá, um ganho muito grande. Ele começou um projeto primeiro com as crianças- Jovens Transformadores- aí depois fuicomentando com eles a necessidade de outras coisas porque nós tínhamos um grupo de crochê ali e aquelas mulheres tinham vontade de desenvolver algo e que elas não tinham condições, que elas necessitam de dinheiro. Eu queria tirar elas do assistencialismo e da cesta básica. Foi onde eles colocaram a feira de economia solidária. Nós começamos a horta solidária que não deu certo porque o terreno lá não deu certo para as plantações. Mas aí continuou o projeto da feira e para as pessoas que participaram era muitopositivo (ASSISTENTE SOCIAL 2.)

Com o objetivo de compreender os motivos do TTS nesse residencial ter sido aparentemente melhor desenvolvido e colhido resultados positivos, conduzi a entrevista de modo a questioná-la sobre os seus procedimentos em campo, os principais desafios e estratégias utilizadas para solução. Inicialmente, foi relatada sua permanência efetiva em todos os períodos devida à saída de outra assistente social:

Quando você contrata um profissional, ele tem que ir até o fim. A Maria saiu no segundo ou terceiro mês. Eu passei a fazer os três turnos. Acabou que foi bom, porque eu fiquei mais tempo e todo mundo confiava em mim. O diferencial do projeto é o vínculo, a confiança de sentar e conversar o que ele (morador) quiser (ASSISTENTE SOCIAL 2.)

A ideia de estabelecer vínculos com a comunidade é de fato muito significativa para o bom desenvolvimento do TTS. No entanto, cabe fazer uma ressalva comparativa e lembrar que diferente dos Residenciais “Aragão Um” e “Aragão Dois”, onde a presença do crime estava tomando conta do espaço de forma mais evidente, o Residencial “Geraldo Honório Garcia” não apresentava o mesmo problema. A Assistente Social 2 relatou que não havia intimidações com ela nem com outros profissionais em campo. Apesar dos resultados



positivos alcançados no condomínio, a profissional afirmou que presenciou vulnerabilidades, principalmente entre os mais jovens no envolvimento com drogas, mas que o trabalho foi feito quanto a isso:

Hoje elas (as crianças) estão bem caminhadas, estruturadas, várias crianças mudaram de vida. Hoje eu vejo o resultado do que eu fiz lá. As famílias que eu acompanhei, ajudei, todos eles, eu falo com eles diariamente. Foi um projeto que me fez crescer, me realizou como profissional e pessoa, me fez ter um olhar diferente pra sociedade em si, e a necessidade que as famílias têm e a força que eles juntos possuem (ASSISTENTE SOCIAL 2.)

A partir desse trecho é possível verificar como a Assistente Social 2 analisa sua atuação no TTS ao dizer que há resultados graças ao papel que a própria executou. Ao ser indagada sobre o que levou o residencial em questão a ter uma sociabilidade mais comunitária e que aderiria as atividades do TTS, a assistente afirmou que:

É a visão do profissional mesmo. Eu não tenho preconceito e eu trabalharia com qualquer condomínio da cidade e todos teriam o mesmo resultado. Porque você precisa chegar lá dentro não pra impor, eu que estou no território deles. Tem regra? Vamos seguir. É a partir dali que vamos ganhando confiança. Nunca tive problema com ninguém. Nenhum deles. Eles fumavam perto de mim eles me ajudavam a plantar, carregar terra, quando tinham terra, me ajudavam a descarregar caminhões pra feira. O tráfico fazia isso (referindo-se ao Aragão) por medo. Tem que deixar claro: não estamos aqui dentro pra denunciar o tráfico, mas pra fazer vínculos, e eu preciso de vocês pra isso, pra abrirem portas. É a postura de como falar, como chegar. Você tem que se introduzir na realidade deles. É o diferencial. Os piores lá do Garcia eu sentava na calçada e tomava refrigerante com eles. Eles me chamam de tia. É o respeito. Independentemente do que ele faz, eu não tô ali pra julgar eu sou assistente social. Não sou polícia. Eu sou agente transformador (ASSISTENTE SOCIAL 2.)

Novamente, a profissional atribui um valor pessoal significativo para o bom resultado atingido no TTS. Em seu discurso há a defesa da importância da postura do profissional individualmente como alguém capaz de promover mudanças estruturais. Em seguida, questionei-a sobre a ausência do trabalho de pré-ocupação e sua resposta foi de que apesar dessa não realização prévia, *“o tempo em campo estreia as relações”*, isso é, apesar da ausência, não foi determinante para prejudicar o trabalho de pós-ocupação. Atualmente, o contato dessa assistente social com a população ocorre da seguinte maneira:

Eu vou lá de vez em quando. Sempre que tem festinha eu vou. Eu continuo presente. Eu faço parte daquela comunidade agora. Eu vou como pessoa, mas eles me buscam como profissional, quando eles precisam de cesta e como eles são muito pobres eu preciso intervir às vezes. Elas me procuram mais pra orientação mesmo, falar dos filhos, que tá precisando da minha ajuda, que o filho tá querendo voltar pro caminho ruim, eu vou lá, converso. Eu continuo com vínculo com eles, no profissional e pessoal. Independente do projeto. Esse vínculo não pode ser quebrado. (ASSISTENTE SOCIAL 2.)

A entrevista foi finalizada com a informação de que agora a Assistente Social 2 tinha sido eleita conselheira municipal e que, em sua perspectiva, isso ocasionaria uma maior



procura por parte daquelas famílias que mais do que conhecer a reconheciam como alguém que podiam contar. Enfatiza-se, por fim, que para essa profissional sua atuação em campo foi significativa a ponto de continuar ressoando, um vínculo pessoal e de confiança recíproco é o que se percebe em sua fala.

6. RESULTADOS E CONCLUSÃO

Concomitantemente as políticas de produção de HIS, confirma-se que o trabalho do assistente social se mostrou presente desde a década de 1930 em bairros periféricos e em comunidades de grandes centros urbanos. Em linhas gerais, a presença desses profissionais era justificada porque seria preciso orientar, vigiar ou punir aqueles que estivessem fora do padrão.

A origem do Serviço Social esteve ligada ao poder do Estado aliado ao da burguesia industrial, tratando-se de mais uma criação dos interesses capitalistas como uma estratégia de controle social das classes trabalhadoras e pobres, fortalecido ainda de valores católicos. O Serviço Social teve sua origem “fetichizada misticamente” (MARTINELLI, 2000) como uma prática a serviço da classe trabalhadora, quando, na verdade, serviu como um instrumento da burguesia que tratou imediatamente de consolidar sua identidade atribuída afastando-o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e impossibilitando o desenvolvimento da consciência de classe.

Dentro do trabalho social realizado com moradores usuários do PMCMV-1, conclui-se que em maior parte dos condomínios, as assistentes sociais foram desenvolver os atendimentos de forma tardia. Isso porque não houve trabalho de pré-ocupação e o primeiro passo foi desenvolver vínculo com a população. Para que isso fosse possível, foi necessário ultrapassar desafios muito maiores do que a individualidade, pois lideranças negativas eram frequentes nesses espaços, intimidando muitas vezes os profissionais que ali passavam. No entanto, as duas assistentes sociais entrevistadas atribuíram distintas práticas e percepções sobre o que viveram.

Analisando as falas da Assistente Social 1, percebe-se o incômodo pela potencialidade reduzida diante dos problemas encontrados no campo. Os relatos de vulnerabilidade feitos por essa profissional levam a reforçar que o TTS sozinho não dá conta de resolver problemas estruturais do programa habitacional, tão pouco a ação individual da assistente social seria capaz de dar conta da realidade vivida por aquelas famílias.

Já as declarações da Assistente Social 2 remetem a concluir que a ação pode ser transformadora se estiver vinculada a um pensamento transformador. Longe de demonstrar limitação e maus resultados, essa profissional acredita que fez a diferença e conseguiu ser



reconhecida pelos moradores como de confiança. Como demonstrado, o assistente social é reconhecido historicamente como o profissional por uma intervenção direta nas questões sociais que tangem a habitação, com o papel de planejar, gerenciar e assessorar programas e serviços sociais, justifica-se assim a necessidade de pesquisas mais amplas que vestiguem a prática desses profissionais inseridos nessas realidades.

Se como Martinelli (2000) apontou houve uma estrutura que deu aos agentes do Serviço Social o envolvimento na “ilusão de servir” e os seus destinatários a “ilusão de que eram servidos”, reforça-se aqui a importância da formação em Serviço Social estar desvinculada dessas práticas alienantes. É preciso seguir lutando por uma formação que potencialize a consciência política e crítica daqueles que estarão diretamente no cotidiano da classe trabalhadora urbana. Como consequência, espera-se que as reflexões geradas nesse trabalho contribuam para o desenho de políticas públicas de habitação social que considerem integralmente os cidadãos e possam enfim ser chamados de beneficiários, sem aspas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. de., ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BLANK, G. Trabalho Social e a Caixa Econômica Federal. In: **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BONDUKI, N. G. **Política Habitacional e Inclusão Social No Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. In: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 1, p. 70–104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf > Acesso em: 07/03/2024..

BREDA, T. V. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. 2013. Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacaopdf Acesso em: 07/03/2024.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

COURY, B. S. **Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético: especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho (SP)**. (Monografia em Geografia). Universidade Estadual Paulista- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, SP, 2016.



GOMES, M. F. C. M. **Serviço Social na área da Habitação: da Tutela a Mediação**. In: XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001, Lima. Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-084.pdf> . Acesso em 07/03/2024.

GRAZIA, G. de; MELLO, I. de Q. Uma avaliação do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: A. L. Cardoso, T. A. Aragão, & S. T. Jaenisch (Orgs.), **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise** (pp. 353- 371). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Política Nacional de Habitação, Intersetorialidade e Integração de Políticas Públicas. In. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PAZ, R. D. O. da; ARREGUI, C. C., RODRIGUES, M. L. P.; BLANCO, M. A. A. Trabalho Social no Programa Minha Casa, Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2015.

SANTOS, V. V. P. dos. **Viver em condomínios verticais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e sociabilidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2017.

SOUZA, N. S. de. **As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): o caso de Viçosa – MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2015.

ENTREVISTAS

ASSISTENTE SOCIAL 1. **O papel do assistente social no desenvolvimento do TTS nos empreendimentos sociais do PMCMV**. Secretaria de Assistência Social. 12/12/2019. Entrevista a Marina Urizzi.

ASSISTENTE SOCIAL 2. **O papel do assistente social no desenvolvimento do TTS nos empreendimentos sociais do PMCMV**. Secretaria de Assistência Social. 12/12/2019. Entrevista a Marina Urizzi.